

A ESCOLA INCLUSIVA EM INTERFACE NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

THE INCLUSIVE SCHOOL IN INTERFACE IN THE FORMATION OF CITIZENS

Carmem Lúcia Coronheira Silva Queiroz **1**
Vanda Elizete Vieira da Costa **2**
Rita de Cássia Coronheira Silva **3**

Resumo: A inclusão educacional remete-nos a refletir sobre os princípios que norteiam as propostas educacionais, uma vez que os objetivos de uma escola inclusiva estão pautados nas políticas públicas brasileiras. A fim de entendermos como se dá o processo de inclusão, buscamos no presente artigo realizar uma revisão bibliográfica subsidiada nas concepções dos autores Carvalho, Mantoan, Macedo, Brzezinski e Skiliar. Para tanto, este artigo tem como propósito realizar uma discussão a respeito do assunto, articulando os aspectos teóricos com a realidade existente. Pretendemos, com essa discussão, fazer uma análise de como a Educação Inclusiva vêm sendo praticada no contexto educacional e quais os pontos que na concepção dos autores necessitam de uma avaliação para que estes alunos sejam aceitos com naturalidade e tratados como sujeitos capazes de exercerem seu papel de cidadãos.

Palavras-chave: Inclusão Educacional. Contexto Escolar. Educação e Cidadania.

Abstract: Educational inclusion leads us to reflect on the principles that guide educational proposals, since the goals of an inclusive school are guided by Brazilian public policies. In order to understand how the inclusion process takes place, we seek in this article to carry out a bibliographic review based on the conceptions of the authors Carvalho, Mantoan, Macedo, Brzezinski and Skiliar. To this end, this article aims to conduct a discussion on the subject, articulating the theoretical aspects with the existing reality. We intend, with this discussion, to make an analysis of how Inclusive Education has been practiced in the educational context and what points in the authors' conception need an evaluation so that these students are accepted naturally and treated as subjects capable of exercising their role of citizens.

Keywords: Educational Inclusion. School Context. Education and Citizenship.

Especialização em Educação Especial Inclusiva (RISO). Professora da **1**
Rede Estadual de Miracema do Tocantins. Interprete na Escola Estadual José
Damasceno Vasconcelos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8540369824659733>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7526-7779>.
E-mail: coronheira123@gmail.com

Mestranda em Educação (UFT). Professora da Rede Estadual de **2**
Miracema do Tocantins. Orientadora Educacional na Escola Estadual José
Damasceno Vasconcelos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3730683393032176>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4348-7982>.
E-mail: vandaelizete@hotmail.com

Mestre em Educação (UFT). Professora da Rede Municipal de **3**
Educação. Técnica da Secretária Municipal de Educação – SEMED- Miracema
- TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0986138824339608>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9229-1567>. E-mail: silvacoronheira@gmail.com

Introdução

Falar em Educação Inclusiva é pensar na educação em geral que permeia uma sociedade que agrega uma gama de heterogeneidades. Nas propostas educativas, encontram-se claramente exposto que todo ser humano deve ser tratado com igualdade, porém essa igualdade almejada há tempos tem sido abarcada apenas por leis recentes e poucas atitudes de pessoas.

Tal situação remete-nos a refletir sobre a proposta da escola inclusiva e sobre a vivência cotidiana que, na sua diversidade de ações, acaba fazendo com que a inclusão tome sentido contrário de seu objetivo. Podemos verificar que muitas tentativas de práticas inclusivas, por vezes, tornam-se excludentes.

Pretendemos, portanto, discutir, analisar e contrapor de maneira sutil, as diferentes visões do papel da educação na inclusão de alunos com necessidades especiais e a importância desta para a prática e construção da cidadania desses sujeitos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de método qualitativo, embasada em pesquisas bibliográficas, pautando na utilização de livros, revistas e artigos da internet sobre o assunto. Buscamos estabelecer relação entre as teorias dos autores pesquisados por meio de uma conexão entre o assunto tratado.

Dessa forma, consideramos a relevância deste artigo por contribuir para a compreensão sobre o que é inclusão e oportunizar uma reflexão sobre as práticas educacionais, no contexto escolar, que promovam a formação de cidadãos capazes dentro de uma perspectiva inclusiva.

Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão Escolar

A história da Educação Especial no Brasil sofreu diversas modificações, avanços e retrocessos ao longo dos anos. Para chegar às condições atuais, houve diversas lutas e conquistas. Conquistas estas que modificaram, aos poucos, as formas de se pensar e se fazer Educação Inclusiva. No texto de Verotti e Callegari (2009), o histórico da educação inclusiva tem início em 1854 como problema médico. Os deficientes e portadores de necessidades especiais permaneceram por longo período isolados do convívio social. Somente em 1948, quase um século depois, é assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que garante educação para todos, porém, apenas seis anos mais tarde, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Entretanto, os portadores de necessidades especiais continuavam excluídos. Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passa a ser garantido o direito da criança com deficiência na escola regular. Apesar da garantia legal, o processo de inserção do deficiente levou anos para ser, de fato, concretizado. Seu apogeu só ocorreu na década de 90 por meio de influências externas estabelecidas pela Declaração Mundial da Educação para Todos de 1990, bem como a Declaração de Salamanca, datada de 1994, levando a implementação de políticas públicas que asseguraram a oferta da educação especial em escolas regulares.

Desse modo, a partir das mudanças propostas, a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, tem se tornado um fator determinante para o atendimento às necessidades educativas de todos os educandos, com ou sem deficiências.

Conforme acordo realizado no Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento de março de 1998,

Um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos:

Reconhece que todas as crianças podem aprender;

Reconhece e respeita diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde (i.e. HIV, TB, hemofilia, Hidrocefalia ou qualquer condição);

Permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino

atendam as necessidades de todas as crianças;

Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;

É um processo dinâmico que está em evolução constante;

Não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais (IEBP, APOSTILA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, p. 6, 2011).

A escola inclusiva na formação do cidadão implica em um sistema educativo que atenda as diferenças individuais e respeite às necessidades dos alunos. Neste sentido, esperamos que a escola atenda não somente os alunos com deficiências, mas, de uma maneira geral, todos os alunos em suas peculiaridades, que seus fundamentos teórico-metodológicos centralizem em uma concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos.

O movimento inclusivo, nas escolas, ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no que tange o meio educacional, é irreversível e sua lógica e ética legitimam seu posicionamento social. A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira.

A inclusão é inquietante, nos tira da zona de conforto e desvela a distância que precisa ser preenchida com ações efetivas. É um constante mover-se em direção ao desconhecido.

Assim sendo, o futuro da educação inclusiva está, a nosso ver, dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos (MANTOAN, 2011).

“Não se muda a escola como passe de mágica” (MANTOAN, 2011). No entanto, sua implementação deriva de uma efetiva mudança de postura rumo à efetivação, de fato e de direito, da escola inclusiva. Não tratamos aqui de alunos com ou sem deficiência, mas de todos os alunos que estão na escola, porém marginalizados, e dos que estão fora dela, excluídos por sua antiga lógica, ou mesmo por não terem ainda nela adentrado por preconceitos diversos: sociais, culturais, raciais, religiosos.

A transculturalidade é negada, mesmo com a miscigenação gritante, deixamos de discriminar e de isolar os grupos minoritários mais estigmatizados, que foram e são considerados inferiores, as dificuldades para ensinar algumas crianças, com ou sem deficiências, em ambientes e à parte, remete os problemas de ensino às escolas, aos professores, à estrutura e ao funcionamento geral dos sistemas (MANTOAN, 2011).

Entendemos que é necessário que façamos um exercício de transposição dos limites constituídos historicamente nas estruturas das escolas na direção da inclusão. O desafio da inclusão está tirando o sono dos que sempre defenderam a seleção, seleção esta que não cabe nos moldes atuais de se educar, a fragmentação do ensino em modalidades, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, está sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos os que delegam aos alunos a incapacidade de aprender.

Alunos com Necessidades Educativas Especiais em Escolas Regulares

As mudanças acontecidas no contexto escolar acentuam a importância que a prática reflexiva assume diante dos novos desafios que se impõem à ação docente. Nesse cenário, Macedo (2005, p.31) afirma que, “embora com boas intenções, a prática docente gera equívocos pela dificuldade na realização das ações que nem sempre acontecem da forma que o professor deseja”.

Diante disso, o autor discorre que prática e reflexão sejam complementares e indissociáveis. E isso se torna evidente, pois escola e professor assumem atualmente uma função sociocultural

maior, visto que alunos passam, cada vez mais, maior tempo dentro do espaço escolar.

Macedo (2005) esclarece sobre a necessidade de profissionalização do professor para assumir seu trabalho que se torna progressivamente mais complexo. Assim, a reflexão serviria para reconstituir a ação, organizar e agregar novas perspectivas, promovendo benefícios para a prática. Essa reflexão poderia promover ao professor a confirmação, correção, compensação, substituição, melhoria, antecipação, enriquecimento e atribuição de sentido à sua prática.

O autor propõe, então, alguns desafios que se impõem ao professor, elencando a importância da preparação e atualização para atuar em uma escola sob a ótica da inclusão. Essa preparação é importante já que o professor e o ensino de “ontem” eram guiados pela lógica da exclusão que pode ser observada por meio de práticas seletivas e de uma ótica de que o professor é o detentor do conhecimento e ensina, mesmo que o aluno não aprenda. Neste caso, o problema de não aprender seria do aluno, não do professor. Segundo Macedo (2005, p. 32),

O professor de “ontem” é muito diferente do professor de “hoje” quanto às exigências que lhe eram e são feitas. O antigo professor atuava no contexto da lógica da exclusão, sendo suas competências de ensinar dissociadas de suas competências de aprender, ou seja, de sua necessidade de continuar se atualizando como profissional. Hoje, espera-se que o professor ensine segundo a lógica da inclusão, o que implica que ensinar e aprender, na perspectiva desse profissional, sejam considerados indissociáveis.

Com o movimento por uma escola inclusiva que se torna cada dia mais exigida, as relações que ali se estabelecem se tornam mais complexas e difíceis de serem controladas por haver múltiplas referências observadas por meio das diversidades nas suas formas de expressão.

Macedo (2005) ressalta também a importância do desenvolvimento de novas habilidades e competências para a prática docente que vislumbre estabelecer uma escola para todos. Assim, o autor faz um paralelo entre as competências e habilidades exigidas na escola de “ontem” e na escola de “hoje”. Anteriormente, era exigido do professor que soubesse explicar bem conteúdos, ser disciplinador e avaliar de acordo com esses conteúdos ensinados, além de servir como referência quanto à sua postura profissional. Para conseguir o desenvolvimento das competências e habilidades, o professor dessa escola usava dos recursos da reprovação e da exclusão. Diante da proposta de uma escola inclusiva, o professor precisa sair de seu isolamento de forma a compartilhar o enfrentamento de questões por meio do convívio com demais envolvidos no contexto escolar.

Para que, de fato, haja inclusão, a escola deve estar preparada para atender a demanda existente, pois incluir não é desperdiçar o tempo com dizeres e, sim, empregá-lo com ações que integrem, possibilitando ao educando a apropriação dos conceitos necessários para sua formação enquanto sujeito cidadão crítico e capaz.

Pensar em diferença ou no diferente é pensar na dessemelhança, na desigualdade, na diversidade ou, como na matemática, num grupo de elementos que não pertencem a um determinado conjunto, mas que pertencem a outros (CARVALHO, 2004, p. 39).

Desta forma, é necessária uma organização escolar com projetos voltados para o trabalho diversificado que incluam: acessibilidade arquitetônica, formação dos profissionais da educação e o envolvimento da comunidade nas ações elaboradas visando à inclusão educacional na escola regular, como forma de assegurar o direito à igualdade de oportunidades. Essas mudanças auxiliariam na promoção e comprovação da importância que a Educação Inclusiva assume para alunos com necessidades educativas especiais na formação de um cidadão crítico e capaz, com base nos preceitos de igualdade e dignidade da pessoa humana.

A Educação Inclusiva, aqui mencionada, busca abranger não somente o aluno deficiente, mas todos aqueles que estejam sob uma ótica de marginalização ou exclusão, necessitando de um atendimento que se adapte às suas necessidades específicas. Assim, cabe a toda comunidade escolar buscar os meios de suprir essas necessidades individuais que são frutos de uma conduta

social e educacional historicamente excludente.

Sabemos que a escola, como instituição de ensino, é responsável pela promoção da aprendizagem e pela formação do indivíduo como agente social, assim é imprescindível a sustentação de uma escola que seja, de fato, inclusiva, o que implica em mudanças nas propostas educacionais já existentes. Para tanto, é necessário que essas mudanças estejam voltadas a uma postura ética em relação à aceitação das diferenças; capacitar profissionais para lidar com as heterogeneidades; obter recursos materiais e humanos visando à transformação na aceitação do “outro” e de si próprio; criar condições na estrutura física, propiciando um espaço que acolha a diversidade dos alunos.

Dentro de uma ótica inclusiva, a educação deve assegurar que sejam feitas todas as adaptações necessárias para que os alunos com necessidades especiais consigam alcançar o máximo de suas potencialidades, e que os demais atores da comunidade aprendam a integrá-los como forma de respeitar seu direito de exercício da cidadania no espaço escolar.

Assim, é relevante colocar as ideias de Vidales (citado por CARVALHO, 2004, p. 56) que defende e trata a diferença como normalidade.

Se reconhecemos que vivemos num mundo construído pela linguagem [...] estabeleçamos agora uma verdadeira revolução conceitual que não permaneça criando mecanismos artificiais [...], mas que possibilite um amplo reconhecimento de que a diferença é a normalidade.

Ao visualizarmos uma pessoa com “limitações”, nem sempre aceitamos o que vemos. Consciente ou inconscientemente “rejeitamos” o diferente, sentimos pena, agimos de forma restrita e, às vezes, chegamos a “pisar em ovos”, temos um certo cuidado em tratarmos com naturalidade. Mesmo sem querer, na maioria das vezes, somos preconceituosos, não pelo fato de não aceitarmos as deficiências do próximo, mas pela cultura “impregnada” do “achar” que somos normais, por enxergamos, andarmos, nós vivemos na doce ilusão de que somos autossuficientes nas ações que praticamos.

Segundo Rossi (p. 45, 2011),

Costumamos oferecer resistência a suas possibilidades de trabalho porque é doloroso enxergarmos nossas próprias limitações, internas e externas, individuais e sociais. Assim, construímos baixo grau de expectativas sobre o outro. Em consequência, subestimamos suas capacidades. Não percebemos as possibilidades inerentes às conquistas humanas. Enxergamos apenas nossos limites individuais, porém projetados no outro. Esse mecanismo psicológico de projeção toma o lugar da leitura sociológica e histórica da realidade.

Visto sob essa perspectiva, podemos afirmar que, no ponto de vista psicológico-social, há muito que se pensar sobre a inclusão e exclusão, pois vivemos em uma sociedade onde as competências e habilidades são exigidas em todos os segmentos. Voltando para as questões educacionais, temos como subsídios às leis que garantem o acesso à formação do indivíduo de acordo com suas potencialidades.

Segundo as Diretrizes Nacionais CNE/CEB nº 02/2001,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Partindo do que concernem as políticas educacionais, percebemos que a simples garantia de acesso e permanência à escola regular, sem distinção de condições físicas, psicológicas ou mesmo sociais, não irão propiciar aos educandos uma educação de qualidade.

Vale ainda ressaltar que as políticas públicas ainda não são suficientes para garantir a permanência de alunos com necessidades individualizadas. Segundo a recente reportagem de Fernandes (2011, p. 84-89), na revista Nova Escola, “o Brasil ainda tem mais de 730 mil crianças e jovens de 6 a 14 anos fora das salas de aula”. Esses dados revelam algumas fragilidades que essas políticas públicas enfrentam e que proporcionam a exclusão desses alunos dos sistemas de ensino, como são os casos de vulnerabilidade social, problemas familiares, distorção de idade/série, além de 200 mil crianças portadoras de necessidades especiais que seguem fora da escola.

Quando frequentam a escola, muitos alunos com necessidades especiais acabam ficando impossibilitados de desenvolver suas potencialidades, uma vez que fica a cargo da escola a garantia de inclusão e integração social do indivíduo como um todo.

Vale ressaltar que a árdua tarefa de promover o ensino, tanto aos alunos especiais quanto aos ditos normais, na maioria das escolas, fica a cargo de um professor que tem suas atividades em sala acrescidas por uma grande quantidade de alunos com suas peculiaridades, impossibilitando assim a qualidade para todos.

Um ensino de qualidade perpassa pela necessidade de adaptação curricular, em que o ritmo de aprendizado de cada aluno deve ser considerado. Porém, o que se observa, na prática, é a cultura de um currículo baseado em conteúdos.

O que define o especial da educação não é a dicotomização e a fragmentação dos sistemas escolares em modalidades diferentes, mas a capacidade de a escola atender às diferenças nas salas de aula, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação das aprendizagens especiais). [...] Em outras palavras, este especial qualifica as escolas que são capazes de incluir os alunos excluídos, indistintamente, descentrando os problemas relativos à inserção total dos alunos com deficiência e focando o que realmente produz essa situação lamentável de nossas escolas (MANTOAN, 2011, s/p).

A adaptação curricular surge como meio de viabilizar a inclusão dentro do contexto escolar, já que o aluno, para tornar-se incluso, precisa participar das atividades diversificadas que ocorrem em sua turma e em sua escola. Assim, torna-se de fundamental relevância que ele não seja privado de desafios propostos aos demais alunos. Para tanto, a flexibilização é apontada por Ramos (2011) como procedimento na busca pela promoção da aprendizagem, para tal é preciso que o professor

Elabore as aulas pensando em como ele pode participar delas, sem tratá-lo como café-com-leite. Adapte as propostas para que ele seja protagonista e resolva-as individualmente ou em dupla. A flexibilização pode se dar em diferentes dimensões: tempo, espaço, recursos ou conteúdo. Diferencie os meios para garantir os mesmos direitos e deveres para todos. Observe os avanços de cada estudante e adapte seu planejamento (RAMOS, 2011, p. 36).

Neste sentido, vale ressaltar que todos os alunos são diferentes, mesmo não havendo a presença de portadores de necessidades especiais na sala de aula. Assim, torna-se imprescindível que o professor proporcione situações em que a inclusão aconteça em todos os momentos por meio de atividades que contemplem a diversidade existente.

Considerações Finais

As atividades humanas são o norte para todo ou qualquer progresso existencial. No entanto, as limitações sociais, físicas, psicológicas e intelectuais são fatores que, na maioria das vezes, afetam o desenvolvimento de tais atividades. Neste sentido, a inclusão de pessoas nos vários segmentos da sociedade ainda necessita de estímulos que possibilitem uma melhor integração social.

Vale ressaltar que transformar a escola “normal” em escola inclusiva é um processo que

não ocorre da noite para o dia, pois não é fácil romper com as barreiras arraigadas “tão pouco ultrapassar as molduras imóveis do definitivo e acabado” (BRZEZINSKI, p. 79, 2001). As principais conquistas são as mudanças de mentalidade que vêm, gradativamente, ampliando a aceitação do diferente no contexto escolar.

Nesse contexto, é de suma importância ressaltar que muitas escolas sofrem a ausência de materiais e recursos próprios para o atendimento desses alunos, visto que não basta apenas a presença de mais um professor ou auxiliar em sala de aula para acompanhar ou dar suporte a esses alunos. O que esperamos e propomos é a capacitação e disponibilização de materiais e equipamentos adequados ao atendimento desses discentes. Fatores esses que estão diretamente ligados às condições de trabalho que, em alguns casos, podem limitar as possibilidades de inclusão e afetar de forma direta o aprendizado dos estudantes, alargando ainda mais os desafios enfrentados pelos docentes.

A inclusão como fator de mudança passa pela superação dos preconceitos mentais e atitudinais a partir de práticas cotidianas que, com o passar do tempo, tendem a tornarem-se práticas naturalizadas. Não há fórmulas prontas, apenas a reflexão sobre os resultados diários, que devem ser obtidos por meio de uma avaliação adequada e contextualizada, poderá servir de mote para novas práticas cada vez mais acertadas.

Portanto, concluímos que houve muitas conquistas e avanços nas concepções e nas práticas educativas que buscam dirimir ou minimizar as barreiras da discriminação, aceitar as diferenças. Assim, ocorrerá de fato a inclusão, quando se entender a prática de forma a conseguir que o aluno possa viver e se sentir, de fato, agente de sua própria identidade como sujeito social.

Compreendemos também que esse processo de superação vem carregado de barreiras que chega, às vezes, a impossibilitar o acesso e permanência destes sujeitos na escola, aliado a esta questão vem o trabalho dos docentes no desenvolvimento de atividades, com os alunos com deficiências, de modo a contribuir para o fortalecimento e concretização da inclusão escolar.

A ampliação da importância da Escola Inclusiva reside no fato de que ela contribui para a redução de atitudes discriminatórias em uma sociedade que costuma excluir o diferente. Assim, torna-se de grande relevância que ela, a Educação Inclusiva, seja processada por meio da mudança de atitudes de modo a sensibilizar todos os atores sociais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A mudança já foi iniciada com a implantação de leis, a abertura de vagas e a conscientização de muitos pais, alunos e professores que se dispõem a buscar novas medidas para trazer a esses alunos a oportunidade de se desenvolverem social, intelectual, psicológica e fisicamente em um contexto escolar que vem se abrindo a novas práticas.

Nesse sentido, podemos perceber os avanços em relação à inclusão escolar, principalmente, pela visualização das matrículas nas escolas de ensino comum, fortalecida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2014, como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/9.394/96. São documentos importantes que amparam os direitos de toda a Educação pública e de qualidade.

Cabe a cada um desses setores lutar pela melhoria nesse atendimento e às unidades escolares e sistemas de ensino proporcionar condições para que o professor tenha acesso à formação continuada, aos recursos didáticos adequados, além de novas tecnologias que possam subsidiar um trabalho reconhecidamente eficiente dentro dos parâmetros que toda a sociedade almeja. Assim, será possível afirmar que está sendo ofertada uma educação focada na formação de cidadãos críticos e capazes, reconhecendo que cada ser é único e carrega em si necessidades específicas de aprendizagem.

Diante desse panorama, muitos são os desafios encontrados em nossa prática pedagógica diária, nesse contexto ressaltaremos a necessidade de um olhar mais minucioso voltado para as salas de aulas numerosas, implicando diretamente na inclusão de alunos com deficiência, denunciando o desrespeito com a legislação, negligenciando o direito de aprendizagem desses discentes.

Após essas reflexões, faz-se imperativa a revisão de conceitos pré-existentes e de mudanças voltadas para o papel social exercido pelo professor num contexto escolar que pretende ser considerado sob a ótica da inclusão. Ressaltando que a inclusão é uma conquista realizada no cotidiano da escola por meio da valorização da contribuição que cada sujeito pode dar-nos em

diferentes espaços sociais que frequenta inclusive o escolar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política de Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

BRZEZINSKI, Iria. **Fundamentos Sociológicos, funções sociais e políticas da escola reflexiva e emancipadora: algumas aproximações**. In: Escola reflexiva e nova racionalidade. Isabel Alarcão (Org.) Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERNANDES, Elisângela. Muito longe da escola. **Revista Nova Escola**, edição nº. 247, p. 84-89. nov. 2011.

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. David Rodrigues (Org.). São Paulo: Summus, 2006.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa e suas possibilidades**. RAE, São Paulo. (V 35, Nº 2, 1995).

IEBP – **Instituto Educacional O Bom Pastor**. Apostila do curso de Serviço Social. 2011.

MACEDO, Lino de. **Desafios à prática docente reflexiva**. In: Ensaios Pedagógicos: Como construir uma escola para todos? – Porto Alegre: ArtMed, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. // **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**.// Disponível em: <<http://www.pedagogiaaopedaletra.com/posts/a-educacao-especial-no-brasil-da-exclusao-a-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 24 out 2011.

_____ **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

RAMOS, Heloisa. Assim não dá: Privar o aluno com deficiência dos desafios. **Revista Nova Escola**, edição nº. 246, p. 36, out. 2011.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do outro. In: Inclusão e educação: **doze olhares sobre a educação inclusiva**. David Rodrigues (org.). São Paulo: Summus, 2006.

VEROTTI, Daniela Talamoni; CALLEGARI, Jeanne. // **A inclusão que ensina**. // Editora Abril.// Julho 2009. // Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/pops/a_inclusao_que_ensina-Pop1.shtml>. Acesso em: 27 nov 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à Inclusão Escolar**. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/a-educacao-especial-no-brasil-da-exclusao-a-inclusao-escolar/> Acesso em: 14 de abr. 2020.

Recebido em 25 de maio de 2019.

Aceito em 19 de março de 2020.